

ISSN 1808-3161

17

Revista do Ministério Público de Alagoas
Julho / dezembro 2006

17

Revista do Ministério Público de Alagoas

Coleção

Direitos & Deveres

Revista do Ministério Público de Alagoas

CONSELHO EDITORIAL

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

Promotor de Justiça / Diretor do CEFAF

STELA VALÉRIA DE FARIAS CAVALCANTI

Promotora de Justiça / Secretária Executiva do CEFAF

GEORGE SARMENTO LINS JÚNIOR

Promotor de Justiça

ALEXANDRA BEURLIN

Promotora de Justiça

KARLA PADILHA REBELO MARQUES

Promotora de Justiça

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA

Procurador-Geral de Justiça

Luciano Chagas da Silva

Procurador-Geral de Justiça Substituto

Lean Antônio Ferreira de Araújo

Corregedor-Geral do Ministério Público

Ubirajara Ramos dos Santos

Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional

Geraldo Magela Barbosa Pirauá

Diretor do 2º Centro de Apoio Operacional

Capa: João Luiz Maia

Fotos: Siloé Amorim

Projeto Editorial: Antonio Carlos Marques da Silva

Catalogado na fonte – Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca Central – Divisão de Tratamento Técnico

Revista do Ministério Público/Alagoas/ Ministério Público de
Alagoas, Universidade Federal de Alagoas. Centro de
Ciências Jurídicas - CJUR.- N. 17 (JUL./DEZ. 2006)-.

Maceió : MPEAL : UFAL/CJUR

1999-

n.

Semestral

1. Direito - Periódico. 2. Legislação - Periódico

ISSN 1808-3161

CDU: 34(051)

Colégio de Procuradores de Justiça

Coaracy José Oliveira da Fonseca
Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto
Fábio Rocha Cabral de Vasconcellos
Eduardo Barros Malheiros
Luciano Chagas da Silva
Luiz Barbosa Carnaúba
Carlos Alberto Torres
Francisco José Sarmento de Azevedo
Geraldo Magela Barbosa Pirauá
Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá
Walber José Valente de Lima
Lean Antônio Ferreira de Araújo
Antíógenes Marques de Lira
Arnoldo Petrúcio Chagas
Dilmar Lopes Camerino
Dennis Lima Calheiros
Vicente Felix Correia
Artran de Pereira Monte

Sumário

	Apresentação	9
PARTE I	Doutrina	11
	A PROCREAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA NA ABORDAGEM DA DOUTRINA ORTODOXA CRISTÃ Adriana Maria de Vasconcelos Feijó	13
	O CONTRATO: DA TEORIA TRADICIONAL INDIVIDUAL AO CONTRATO COMO PRODUTOR DE EFEITOS NO AMBIENTE SOCIAL Ana Carolina Trindade Soares	41
	O GARANTISMO NA MANUTENÇÃO DA IDADE PENAL MÍNIMA Ana Luiza Nogueira de Araújo	55
	A FIXAÇÃO DO OBJETO NA "CIÊNCIA DO DIREITO" (DOGMÁTICA JURÍDICA): UMA ANÁLISE SOB O PRISMA DA TEORIA DA LINGUAGEM Beclaute Oliveira Silva	77
	O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SOLIDARIEDADE E SEUS REFLEXOS NO CAMPO CONTRATUAL Marcos A. de A. Ehrhardt Júnior	95
	TERMO INICIAL DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR NA AÇÃO DE ALIMENTOS E INVESTIGATÓRIA DE PATERNIDADE Maria Berenice Dias	105
	APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NO DIREITO PENAL Nelson Felix do Nascimento	113
	RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CAUSADOS AO NASCITURO PELA GESTANTE: EXISTE PERSPECTIVA DE REPARAÇÃO COM O NOVO CÓDIGO? Pablo R. de L. Falcão	131
	O DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO Querino Mallmann	147
	OS LIMITES REMUNERATÓRIOS E A EC 41/2003: INCONSTITUCIONALIDADE? Walber José Valente de Lima e Leonardo de Siqueira Bitencourt	169

PARTE II	Legislação	179
	LEI n.º 6.774, de 23-11-06	181
	Cria o Estatuto dos Servidores do quadro de serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas e dá outras providências.	
	LEI COMPLEMENTAR n.º 24, de 23-11-06	190
	Institui a avaliação periódica de desempenho dos servidores do quadro de serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas, e disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho.	
	LEI n.º 6.773, de 23-11-06	194
	Institui a indenização por substituição, exercício cumulativo de atribuições e desempenho de funções de direção, chefia ou assessoramento para os membros do Ministério Público do Estado de Alagoas, e adota outras providências.	
	LEI n.º 6.775, de 23-11-06	195
	Promove o enquadramento dos servidores do quadro de serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas, no Plano de carreira, cargos e subsídios.	
	ATO NORMATIVO PGJ Nº 01/07	196
	Dispõe sobre o Estágio Probatório dos Servidores Nomeados para Cargos de Provimento Efetivo do Ministério Público do Estado de Alagoas e dá outras providências.	
PARTE III	Prática Forense	201
	PARECER EM PRISÃO PREVENTIVA – VIOLENCIA DOMÉSTICA	203
	Stela Valéria Soares de Farias Cavalcanti	
	AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER	217
	Valter José de Omena Acioly	
	PARECER EM MANDADO DE SEGURANÇA	241
	Paulo Roberto Marques dos Anjos	
	AÇÃO CIVIL PÚBLICA, COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA	247
	Ubirajar: Ramos dos Santos	

A p r e s e n t a ç ã o

Honra-nos, sobremaneira, elaborar a apresentação da 17ª. edição da Revista do Ministério Público de Alagoas. Este novo número é prova cabal da contínua produção científica dos Procuradores, Promotores de Justiça e da comunidade jurídica alagoana, preocupados com os mais relevantes temas da atualidade.

Novo ano, novos tempos, novas idéias. Levar adiante um periódico de caráter técnico e científico não é tarefa fácil. Desde as primeiras análises dos textos até a arte final, há um sem-número de desafios, por vezes demasiadamente complexos. Nessa empreitada foi de fundamental importância contar com a colaboração dos colegas que enviaram seus artigos e manifestações, aproveitando este espaço para a divulgação de informações relevantes para todos os integrantes das carreiras jurídicas, em especial para os próprios membros do Ministério Público.

Costumamos afirmar que o crescimento e a consolidação do Ministério Público como uma Instituição perene e democrática, passa, necessariamente, pelo aperfeiçoamento dos seus agentes. Pensando assim, realizamos com o apoio da nossa Ampal e do Cefaf, com grande êxito, o 2º. Congresso do Ministério Público, que contou com integral aprovação dos participantes, bem como temos envidado esforços no sentido de investir maciçamente na realização de cursos, seminários, atualização jurisprudencial e em manter o alto nível desta publicação. Para este ano estamos elaborando uma

agenda repleta de novidades, como a Pós-graduação em Ciências Criminais, realizada através de parceria com a Ufal, entre outros grandes eventos.

Para nós, na qualidade de Promotor de Justiça e Chefe do Ministério Público de Alagoas, reconduzidos pela maioria dos seus membros, só resta a alegria de termos participado de mais esta realização. Parabéns aos colegas que tomaram públicas as suas idéias e manifestações, através deste novo número da Revista do Ministério Público.

Maceió, dezembro de 2006.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça